

Neoenergia
Itabapoana
Transmissão
de Energia S.A.
(anteriormente denominada
EKTT04 Serviços de Transmissão
de Energia Elétrica SPE S.A.)

**Demonstrações financeiras em
31 de dezembro de 2019**



KPMG Auditores Independentes

Av. Coronel Silva Teles, 977, 10º andar, Conjuntos 111 e 112 - Cambuí

Edifício Dahruj Tower

13024-001 - Campinas/SP - Brasil

Caixa Postal 737 - CEP: 13012-970 - Campinas/SP - Brasil

Telefone +55 (19) 3198-6000

kpmg.com.br

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

Aos Conselheiros e Diretores da

Neoenergia Itabapoana Transmissão de Energia S/A

Campinas - SP

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Neoenergia Itabapoana Transmissão de Energia S/A (Companhia), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2019 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Neoenergia Itabapoana Transmissão de Energia S/A em 31 de dezembro de 2019, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outros assuntos - Exercício anterior não auditado

Chamamos a atenção para o fato de que não examinamos o balanço patrimonial da Companhia em 31 de dezembro de 2018 e as demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, ou de quaisquer notas explicativas relacionadas e, conseqüentemente, não expressamos uma opinião sobre eles.

Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as [práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.


Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com a administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Campinas, 16 de abril de 2020

KPMG Auditores Independentes
CRC 2SP-027612/F



Thiago Rodrigues de Oliveira
Contador CRC 1SP259468/O-7



NEOENERGIA ITABAPOANA TRANSMISSÃO DE ENERGIA S.A.

(anteriormente denominada EKTT04 Serviços de
Transmissão de Energia Elétrica SPE S.A.)

Demonstrações Financeiras

31 de dezembro de 2019



SUMÁRIO

BALANÇOS PATRIMONIAIS	3
DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO	5
DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE	6
DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	7
DEMONSTRAÇÕES DO FLUXO DE CAIXA	8
1. CONTEXTO OPERACIONAL.....	9
2. ELABORAÇÃO E APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS.....	9
3. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA.....	13
4. CONCESSÃO DO SERVIÇO PÚBLICO (ATIVO CONTRATUAL)	14
5. FORNECEDORES	14
6. IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES CORRENTES E DIFERIDOS	14
7. IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES A RECOLHER.....	15
8. OUTROS PASSIVOS	15
9. PATRIMÔNIO LÍQUIDO	15
10. RECEITA LÍQUIDA.....	16
11. CUSTOS E DESPESAS OPERACIONAIS	16
12. RESULTADO FINANCEIRO	16
13. REMUNERAÇÃO DA ADMINISTRAÇÃO	17
14. GESTÃO DE RISCOS FINANCEIROS	17
15. ESTIMATIVA DO VALOR JUSTO.....	18
16. SEGUROS.....	19
17. EVENTOS SUBSEQUENTES.....	20

NEOENERGIA ITABAPOANA TRANSMISSÃO DE ENERGIA S.A.

(Anteriormente denominada EKTT04 Serviços de Transmissão de Energia Elétrica SPE S.A.)

BALANÇOS PATRIMONIAIS

Em 31 de dezembro de 2019 e 2018

(Em milhares de reais)

	Notas	2019	2018 (Saldo não auditado)
Ativo			
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	3	1.992	1
Imposto de renda e contribuição social a recuperar		35	-
Despesas pagas antecipadamente		311	-
Outros ativos		1	-
Total do circulante		2.339	1
Não circulante			
Concessão do serviço público (ativo contratual)	4	23.855	-
Intangível		18	-
Total do não circulante		23.873	-
Ativo total		26.212	1

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

NEOENERGIA ITABAPOANA TRANSMISSÃO DE ENERGIA S.A.

(Anteriormente denominada EKT04 Serviços de Transmissão de Energia Elétrica SPE S.A.)

BALANÇOS PATRIMONIAIS

Em 31 de dezembro de 2019 e 2018

(Em milhares de reais)

	<u>Notas</u>	<u>2019</u>	<u>2018</u> <u>(Saldo não</u> <u>auditado)</u>
Passivo			
Circulante			
Fornecedores	5	2.532	-
Salários e encargos a pagar		219	-
Outros tributos a recolher	7	80	-
Outros passivos	8	1.845	-
Total do circulante		4.676	-
Não circulante			
Impostos e contribuições sociais diferidos	6	1.991	-
Outros passivos	8	128	-
Total do não circulante		2.119	-
Patrimônio líquido	9		
Capital social		15.637	1
Reservas de lucro		3.780	-
Total do patrimônio líquido		19.417	1
Total do passivo e patrimônio líquido		26.212	1

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

NEOENERGIA ITABAPOANA TRANSMISSÃO DE ENERGIA S.A.

(Anteriormente denominada EKTT04 Serviços de Transmissão de Energia Elétrica SPE S.A.)

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO

Exercício findo em 31 de dezembro de 2019

(Em milhares de reais, exceto lucro por ação)

	<u>Notas</u>	<u>2019</u>
Receita líquida	10	23.855
Custos dos serviços		(17.962)
Outros custos	11	(85)
Custos de construção		(17.877)
Lucro bruto		5.893
Despesas gerais e administrativas	11	(261)
Lucro operacional		5.632
Receitas financeiras	12	141
Despesas financeiras	12	(2)
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social		5.771
Imposto de renda e contribuição social		(1.991)
Diferido	6.1	(1.991)
Lucro líquido do exercício		3.780
Lucro básico e diluído por ação do capital – R\$:		
Ordinária		0,2417

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

NEOENERGIA ITABAPOANA TRANSMISSÃO DE ENERGIA S.A.

(Anteriormente denominada EKTT04 Serviços de Transmissão de Energia Elétrica SPE S.A.)

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE

Exercício findo em 31 de dezembro de 2019

(Em milhares de reais)

	<u>2019</u>
Lucro líquido do exercício	3.780
Outros resultados abrangentes	-
Resultado abrangente do exercício	<u>3.780</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

NEOENERGIA ITABAPOANA TRANSMISSÃO DE ENERGIA S.A.

(Anteriormente denominada EKTT04 Serviços de Transmissão de Energia Elétrica SPE S.A.)

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018

(Em milhares de reais)

	<u>Reserva de lucros</u>				
	<u>Capital social</u>	<u>Reserva legal</u>	<u>Reserva de lucros a realizar</u>	<u>Lucros acumulados</u>	<u>Total do patrimônio líquido</u>
Saldos em 1º de janeiro de 2018 (Saldo não auditado)	1	-	-	-	1
Saldos em 31 de dezembro de 2018 (Saldo não auditado)	1	-	-	-	1
Aumento de capital social	15.636	-	-	-	15.636
Lucro líquido do exercício	-	-	-	3.780	3.780
Destinação do lucro:					
Reserva legal	-	189	-	(189)	-
Reserva de lucros a realizar	-	-	3.591	(3.591)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2019	<u>15.637</u>	<u>189</u>	<u>3.591</u>	<u>-</u>	<u>19.417</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

NEOENERGIA ITABAPOANA TRANSMISSÃO DE ENERGIA S.A.

(Anteriormente denominada EKT04 Serviços de Transmissão de Energia Elétrica SPE S.A.)

DEMONSTRAÇÕES DO FLUXO DE CAIXA

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018

(Em milhares de reais)

	2019	2018 (Saldo não auditado)
Lucro líquido do exercício	3.780	-
Ajustes para conciliar o lucro ao caixa oriundo das atividades operacionais		
Imposto de renda e contribuição social	1.991	-
Valor justo ativo contratual da concessão	-	-
	1.991	-
(Aumento) redução de ativos operacionais		
IR e CSLL a recuperar	(35)	-
Despesas pagas antecipadamente	(311)	-
Concessão serviço público (ativo contratual)	(23.855)	-
Outros ativos	(1)	-
	(24.202)	-
Aumento (redução) de passivos operacionais		
Fornecedores	2.532	-
Salários e encargos a pagar	219	-
Impostos e contribuições a recolher, exceto IR e CSLL	80	-
Outros passivos	1.973	-
	4.804	-
Caixa utilizado nas atividades operacionais	(13.627)	-
Atividades de investimento		
Aquisição de intangível	(18)	-
Utilização de caixa em atividades de investimento	(18)	-
Atividades de financiamento		
Aumento de capital	15.636	-
Geração de caixa em atividades de financiamento	15.636	-
Aumento no caixa e equivalentes de caixa	1.991	-
Caixa e equivalentes no início do exercício	1	1
Caixa e equivalentes no final do exercício	1.992	1
Variação líquida de caixa e equivalentes de caixa	1.991	-

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

NEOENERGIA ITABAPOANA TRANSMISSÃO DE ENERGIA S.A.

(Anteriormente denominada EKTT04 Serviços de Transmissão de Energia Elétrica SPE S.A.)

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018

(Em milhares de reais, exceto lucro por ação)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

Constituída em 7 de abril de 2017, a Neoenergia Itabapoana Transmissão de Energia S.A. (“Companhia”), é uma sociedade anônima de capital fechado, subsidiária integral da Neoenergia S.A, que tem por objeto social principal desenvolver, operar e explorar a concessão de serviço público de transmissão de energia elétrica para a construção, montagem, operação e manutenção de instalações de transmissão de energia do sistema interligado nacional.

A Companhia possui sua sede e foro na cidade do Campinas, Estado do São Paulo.

Na assembleia geral extraordinária realizada em 15 de outubro de 2019, o acionista aprovou a alteração de denominação social da Companhia, de EKTT04 Serviços de Transmissão de Energia Elétrica SPE S.A. para Neoenergia Itabapoana Transmissão de Energia S.A.

Em 20 de dezembro de 2018, a Companhia venceu o leilão ANEEL 04/2018 adquirindo o direito de construir, instalar e manter as seguintes Linhas de Transmissão e Subestações: no estado do Rio de Janeiro, pelo primeiro e segundo circuito da Linha de Campos 2 - Mutum, em 500 kV, circuito duplo, com extensão aproximada de 227km, com origem na Subestação Campos 2 e término na Subestação Mutum. A Companhia está em fase de construção e durante este período não há fluxo financeiro de entrada da RAP, que se iniciará quando a Companhia entrar em operação comercial. A Receita Anual Permitida (RAP) é de R\$ 69.100, o prazo de concessão é de 30 anos.

2. ELABORAÇÃO E APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

2.1. Base de preparação

As demonstrações financeiras foram preparadas em conformidade às normas internacionais de contabilidade (“IFRS” – *Internacional Financial Reporting Standards*), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* – IASB, e as práticas contábeis adotadas no Brasil. As práticas contábeis adotadas no Brasil compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e os pronunciamentos técnicos, as orientações e as interpretações técnicas, emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC e aprovados pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM.

A Companhia também se utiliza das orientações contidas no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico Brasileiro e das normas definidas pela Agência Nacional de Energia Elétrica (“ANEEL”), quando estas não são conflitantes com as práticas contábeis adotadas no Brasil e/ou com as práticas contábeis internacionais.

A emissão dessas demonstrações financeiras foi autorizada pela administração da Companhia em 2 de abril de 2020.

Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão.

2.2. Moeda funcional e de apresentação

As demonstrações financeiras estão apresentadas em milhares de Reais (R\$), que é a moeda funcional da Companhia. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo.

2.3. Base de mensuração

As demonstrações financeiras foram preparadas utilizando como base o custo histórico, exceto por determinados instrumentos financeiros mensurados pelos seus valores justos quando requerido nas normas. A classificação da mensuração do valor justo nas categorias níveis 1, 2 ou 3 (dependendo do grau de observância das variáveis utilizadas) está apresentada na nota explicativa 15 – Estimativa do Valor Justo.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018
(Em milhares de reais, exceto lucro por ação)

2.4. Uso de estimativas e julgamentos

Na preparação destas demonstrações financeiras, a Administração utilizou, julgamentos e, estimativas, que afetam a aplicação das políticas contábeis da Companhia e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. As estimativas e premissas são revisadas continuamente. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente.

Itens significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem:

- (i) critério de apuração e remuneração do ativo contratual; vide nota explicativa 4;
- (ii) critério de atualização do passivo fiscal diferido, vide nota explicativa 6;
- (iii) definição do valor justo através de técnicas de avaliação, incluindo o método de fluxo de caixa descontado, para ativos e passivos financeiros não obtidos em mercados ativos, vide nota explicativa 15;

2.5. Principais políticas contábeis

As políticas contábeis adotadas pela Companhia estão descritas a seguir:

a) Instrumentos financeiros

A Companhia classifica seus ativos e passivos financeiros inicialmente a valor justo e subsequentemente mensurados, de acordo com as seguintes categorias:

(i) Ativos financeiros

Ativos financeiros são geralmente classificados como subsequentemente mensurados ao custo amortizado, ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes ou ao valor justo por meio do resultado com base tanto: no modelo de negócios da entidade para a gestão dos ativos financeiros; quanto nas características de fluxo de caixa contratual do ativo financeiro, conforme segue:

- Custo amortizado: ativo financeiro cujo fluxo de caixa contratual resulta somente do pagamento de principal e juros sobre o principal em datas específicas e, cujo modelo de negócios objetiva manter o ativo com o fim de receber seus fluxos de caixa contratuais;
- Valor justo por meio de outros resultados abrangentes: ativo financeiro (instrumento financeiro de dívida) cujo fluxo de caixa contratual resulta somente do recebimento de principal e juros sobre o principal em datas específicas e, cujo modelo de negócios objetiva tanto o recebimento dos fluxos de caixa contratuais do ativo quanto sua venda, bem como investimentos em instrumentos patrimoniais não mantidos para negociação nem contraprestação contingente, que no reconhecimento inicial, a companhia elegeu de forma irrevogável por apresentar alterações subsequentes no valor justo do investimento em outros resultados abrangentes; e
- Valor justo por meio do resultado: todos os demais ativos financeiros. Esta categoria geralmente inclui instrumentos financeiros derivativos.

Em geral, para os demais instrumentos financeiros, a Companhia reconhece provisão por valor equivalente à perda de crédito esperada para 12 meses, entretanto, quando o risco de crédito do instrumento financeiro tiver aumentado significativamente desde o seu reconhecimento inicial, a provisão é reconhecida por valor equivalente à perda de crédito esperada (vida toda).

(ii) Provisão para perdas esperada de créditos de liquidação duvidosa ("PPECLD")

As perdas de crédito esperadas são reconhecidas em ativos financeiros mensurados ao custo amortizado, incluindo recebíveis de arrendamentos mercantis, bem como aqueles mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes.

A Companhia reconhece perdas de crédito esperadas para contas a receber de clientes de curto prazo por meio da utilização de matriz de provisões baseada na experiência de perda de crédito histórica não ajustada, quando tal informação representa a melhor informação razoável e sustentável, ou, ajustada, com base em dados observáveis atuais para refletir os efeitos das condições atuais e futuras desde que tais dados estejam disponíveis sem custo ou esforços excessivos.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018

(Em milhares de reais, exceto lucro por ação)

Em geral, para os demais instrumentos financeiros, a Companhia reconhece provisão por valor equivalente à perda de crédito esperada para 12 meses, entretanto, quando o risco de crédito do instrumento financeiro tiver aumentado significativamente desde o seu reconhecimento inicial, a provisão é reconhecida por valor equivalente à perda de crédito esperada para a vida toda.

(iii) Passivos financeiros

Os passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo, líquido dos custos de transação incorridos e são subsequentemente mensurados pelo custo amortizado (exceto em determinadas circunstâncias, que incluem determinados passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado) e atualizados pelos métodos de juros efetivos e encargos. Qualquer diferença entre o valor captado (líquido dos custos da transação) e o valor de liquidação, é reconhecida no resultado durante o período em que os instrumentos estejam em andamento, utilizando o método de taxa efetiva de juros. As taxas pagas na captação do empréstimo são reconhecidas como custos da transação.

Os juros dos instrumentos financeiros passivos são capitalizados como parte do imobilizado se esses custos forem diretamente relacionados à um ativo qualificado.

b) Contrato de concessão de serviços públicos

O Contrato de Concessão de Serviço Público de Energia Elétrica celebrados entre a União (Poder Concedente - Outorgante) e a Companhia regulamentam a exploração dos serviços públicos de transmissão pela Companhia e estabelecem que:

De acordo com o contrato de concessão, uma transmissora de energia é responsável por transportar a energia dos centros de geração até os pontos de distribuição. Para cumprir essa responsabilidade, a transmissora possui duas obrigações de desempenho distintas: (i) construir e (ii) manter e operar a infraestrutura de transmissão.

Ao cumprir essas duas obrigações de desempenho, a transmissora de energia mantém sua infraestrutura de transmissão disponível para os usuários e em contrapartida recebe uma remuneração denominada Receita Anual Permitida (RAP), durante toda a vigência do contrato de concessão. Estes recebimentos amortizam os investimentos feitos nessa infraestrutura de transmissão. Eventuais investimentos não amortizados geram o direito de indenização do Poder Concedente (quando previsto no contrato de concessão), que recebe toda a infraestrutura de transmissão ao final do contrato de concessão.

As receitas relativas à infraestrutura de transmissão são mensuradas da seguinte forma:

(i) Reconhecimento de receita de construção, tendo por base a parcela da RAP destinada ao investimento do ativo, que considera a margem de construção de acordo com as projeções iniciais do projeto. Toda a margem de construção é recebida durante a obra e variações positivas ou negativas do custo de construção são alocadas imediatamente ao resultado, no momento que incorridas. Para estimativa referente a Receita de Construção, a Companhia utilizou um modelo que apura o custo de financiar o cliente (no caso, o poder concedente). A taxa definida para o valor presente líquido da margem de construção (e de operação) é definida no momento inicial do projeto e não sofre alterações posteriores, sendo apurada de acordo com o risco de crédito do cliente e prazo de financiamento.

(ii) Reconhecimento da receita de operação e manutenção decorrente dos custos incorridos e necessários para cumprir obrigações de performance de operação e manutenção previstas em contrato de concessão, após o término da fase de construção.

(iii) Reconhecimento de receita de remuneração sobre o ativo contratual reconhecido, registra-se também uma receita de remuneração financeira, sob a rubrica "Remuneração do ativo contratual", utilizando a taxa de desconto definida no início de cada projeto.

A infraestrutura recebida ou construída da atividade de transmissão é recuperada através de dois fluxos de caixa, a saber:

(i) Parte através de valores a receber garantidos pelo poder concedente relativa à RAP durante o prazo da concessão. Os valores da RAP garantida são determinados pelo ONS conforme contrato e recebidos dos participantes do setor elétrico por ela designados pelo uso da rede de transmissão disponibilizada.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018

(Em milhares de reais, exceto lucro por ação)

(ii) Parte como indenização dos bens reversíveis no final do prazo da concessão, a ser recebida diretamente do Poder Concedente ou para quem ele delegar essa tarefa.

As contraprestações são classificadas como um “Ativo de Contrato”.

c) Impairment de ativos não financeiros

A Administração revisa anualmente os eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas de cada ativo, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Sendo tais evidências identificadas, e o valor contábil líquido exceder o valor recuperável, é constituída provisão para desvalorização ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável.

Perdas por redução no valor recuperável são reconhecidas no resultado e são revertidas somente na condição em que o valor contábil do ativo não exceda o valor contábil que teria sido apurado, caso nenhuma perda por redução ao valor recuperável tivesse sido reconhecida para o ativo em exercícios anteriores.

A reversão da perda por redução ao valor recuperável é reconhecida imediatamente no resultado.

Na estimativa do valor em uso do ativo, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados ao seu valor presente, utilizando uma taxa de desconto antes dos impostos que reflita o custo médio ponderado de capital para o segmento em que opera o ativo. O valor justo é determinado, sempre que possível, com base em contrato de venda firme em uma transação em bases comutativas, entre partes conhecedoras e interessadas, ajustado por despesas atribuíveis à venda do ativo, ou, quando não há contrato de venda firme, com base no preço de mercado de um mercado ativo, ou no preço da transação mais recente com ativos semelhantes.

Evidência objetiva de que ativos não financeiros tiveram perda de valor inclui:

- Indicativos observáveis de redução significativas do valor do ativo;
- Mudanças tecnológicas, de mercado, econômico ou legal na qual a entidade opera o ativo;
- Aumento de taxas de juros praticados no mercado de retorno sobre investimentos afetando a taxa de desconto utilizado pela Companhia;
- O valor contábil do patrimônio líquido da entidade é maior do que o valor de suas ações no mercado;
- Evidência disponível de obsolescência ou de dano físico de um ativo;
- Descontinuidade ou reestruturação da operação à qual um ativo pertence;
- Dados observáveis indicando que o desempenho econômico de um ativo é ou será pior que o esperado.

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018, a Companhia avaliou eventuais indicativos de desvalorização de seus ativos que pudessem gerar a necessidade de testes sobre o valor de recuperação. Essa avaliação foi baseada em fontes externas e internas de informação, levando-se em consideração variações em taxas de juros e mudanças em condições de mercado, não tendo sido identificados indícios de deterioração dos seus ativos.

d) Imposto de renda e contribuição social corrente e diferido (“Tributos sobre o lucro”)

O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 34% (25% – imposto de renda e 9% – Contribuição social) sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real do exercício.

Os tributos sobre o lucro são reconhecidos no resultado do exercício, exceto para transações reconhecidas diretamente no patrimônio líquido.

Os tributos sobre o lucro são calculados com base em alíquotas brasileiras, em regime de competência. O reconhecimento do tributo diferido é baseado nas diferenças temporárias entre o valor contábil e o valor para base fiscal dos ativos e passivos nos prejuízos fiscais apurados. Os tributos diferidos sobre o lucro ativo e passivo são compensados quando existir um direito legalmente exequível de compensar os ativos fiscais contra os passivos fiscais e quando os impostos de renda diferidos ativos e passivos estiverem

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018

(Em milhares de reais, exceto lucro por ação)

relacionados aos tributos sobre o lucro lançados pela mesma autoridade fiscal sobre a mesma entidade tributável.

Os tributos diferidos ativos decorrentes de prejuízos fiscais, bases negativas de contribuição social e diferenças temporárias são reconhecidos contabilmente, levando-se em consideração a análise dos resultados futuros, fundamentada por projeções econômico-financeiras, elaboradas com base em premissas internas e em cenários macroeconômicos, comerciais e tributários que podem sofrer alterações no futuro.

e) Provisões, ativos e passivos contingentes

As provisões são reconhecidas quando: (i) a Companhia tem uma obrigação presente como resultado de evento passado; (ii) é provável que uma saída de recursos que incorporam benefícios econômicos será necessária para liquidar a obrigação, e (iii) o valor da obrigação possa ser estimado de forma confiável.

Os ativos e passivos contingentes não são reconhecidos. Passivos contingentes são objeto de divulgação em notas explicativas quando a probabilidade de saída de recursos for possível, inclusive aqueles cujos valores não possam ser estimados. Já os ativos contingentes são objeto de divulgação em notas explicativas quando a entrada de benefícios econômicos for tida como provável.

f) Reconhecimento de receita

A receita é mensurada com base na contraprestação especificada no contrato com o cliente. A Companhia reconhece a receita quando transfere o controle sobre o serviço ao cliente. Vide nota explicativa 2.5 b).

O resultado financeiro líquido é composto, basicamente, por juros e variações monetárias de aplicações financeiras, encargos de dívida e provisões.

2.6. Principais mudanças nas políticas contábeis

I - ICPC 22 – Incerteza sobre Tratamento de Tributos sobre o Lucro (IFRIC 23 - *Uncertainty over Income Tax Treatments*)

Esta Interpretação esclarece como aplicar os requisitos de reconhecimento e mensuração do CPC 32/IAS 12 quando há incerteza sobre os tratamentos de tributo sobre o lucro. Nessa circunstância, a Companhia deverá reconhecer e mensurar seu tributo corrente ou diferido ativo ou passivo, aplicando os requisitos do CPC 32/IAS 12 com base em lucro tributável (prejuízo fiscal), bases fiscais, prejuízos fiscais não utilizados, créditos fiscais não utilizados e alíquotas fiscais determinados, aplicando esta interpretação.

A Administração da Companhia conduziu análises dos tratamentos fiscais que poderiam gerar incertezas na apuração dos tributos sobre o lucro, acessando seus consultores legais internos e externos a fim de identificar esses tratamentos, assim como mensurá-los e reavaliar aqueles que potencialmente poderiam expor a Companhia a riscos materialmente prováveis de perda. Ao concluir esses estudos, a Administração da Companhia avaliou que nenhuma das posições relevantes adotadas pela Companhia sofreu alteração quanto ao julgamento da probabilidade de perdas geradas por eventuais questionamentos por parte das autoridades tributárias.

3. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	2019	2018 (Saldo não auditado)
Caixa e depósitos bancários à vista	58	1
Fundos de investimento	1.934	-
	1.992	1

Em 31 de dezembro de 2019, caixa e equivalentes de caixa é composto por caixa, depósitos bancários à vista e aplicações financeiras de curto prazo. São operações de alta liquidez, sem restrição de uso, prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor.

NEOENERGIA ITABAPOANA TRANSMISSÃO DE ENERGIA S.A.
(Anteriormente denominada EKT04 Serviços de Transmissão de Energia Elétrica SPE S.A.)

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018
(Em milhares de reais, exceto lucro por ação)

A carteira de aplicações financeiras, em 31 de dezembro de 2019, é constituída, principalmente, por fundos de investimentos exclusivos, compostos por diversos ativos, visando melhor rentabilidade com o menor nível de risco, conforme abaixo:

	2019
Itaú Salvador Renda Fixa FICFI	
Itaú curto prazo	1.711
Compromissadas com lastro de títulos públicos	223
	1.934

4. CONCESSÃO DO SERVIÇO PÚBLICO (ATIVO CONTRATUAL)

A movimentação dos saldos referentes aos ativos contratuais da Companhia está assim apresentada:

Saldo em 1º de janeiro de 2019	-
Receita de construção	22.467
Remuneração do ativo contratual	1.388
Saldo em 31 de dezembro de 2019	23.855
Não circulante	23.855

5. FORNECEDORES

Materiais e serviços	2019
Terceiros	2.532
Total	2.532
Circulante	2.532

6. IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES CORRENTES E DIFERIDOS

6.1 Imposto de renda e contribuição social diferidos

A Companhia registra os tributos e contribuições sociais diferidos sobre as diferenças temporárias, cujos efeitos financeiros ocorrerão no momento da realização dos valores que deram origem as bases de cálculos. O IR é calculado à alíquota de 15%, considerando o adicional de 10%, e a CSLL está constituída a alíquota de 9%.

	2019	
	IR	CSLL
Ativo		
Provisão participação nos lucros e resultados	85	85
Outros	39	39
Total diferenças temporárias – ativo	124	124
Passivo (-)		
Margem na receita de construção	(5.978)	(5.978)
Total diferenças temporárias – passivo	(5.978)	(5.978)
Total diferenças temporárias – líquido	(5.854)	(5.854)
Alíquota de IR e CS	25%	9%
Imposto de renda e contribuição social diferidos, líquido	(1.464)	(527)
Total do imposto diferido		(1.991)

Os tributos diferidos passivos foram constituídos sobre a margem na receita de construção da Companhia.

NEOENERGIA ITABAPOANA TRANSMISSÃO DE ENERGIA S.A.
(Anteriormente denominada EKT04 Serviços de Transmissão de Energia Elétrica SPE S.A.)

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018
(Em milhares de reais, exceto lucro por ação)

6.2 Imposto de renda e contribuição social correntes

A seguir é apresentada reconciliação da despesa dos tributos sobre a renda divulgados e os montantes calculados pela aplicação das alíquotas oficiais em 31 de dezembro de 2019.

	2019	
	IR	CSLL
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social	5.771	5.771
Alíquota do imposto de renda e contribuição social	25%	9%
Imposto de renda e contribuição social às alíquotas da legislação	1.443	519
Outros	21	8
Imposto de renda e contribuição social no resultado	1.464	527
Corrente	-	-
Recolhidos e pagos	1	3
Compensados e deduzidos	3	-
Impostos antecipados a recuperar	(4)	(3)
Diferido	1.464	527
	1.464	527

7. IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES A RECOLHER

	2019
Contribuição para o financiamento da seguridade social - COFINS	1
Instituto nacional de seguridade social - INSS	38
Fundo de garantia por tempo de serviço - FGTS	6
Imposto sobre serviços – ISS	1
Impostos e contribuições retidos na fonte	34
	80

8. OUTROS PASSIVOS

	Ref.	2019
Caução em garantia		134
Repasse a terceiros		998
Juros a incorrer	(a)	841
Total		1.973
Circulante		1.845
Não circulante		128

(a) Juros a incorrer registrados à medida em que são incorridos os custos de construção, calculados com base na taxa de desconto definida.

9. PATRIMONIO LIQUIDO

Capital social

Em 31 de dezembro de 2019 o capital social da Companhia é composto por 23.081.829 ações ordinárias (1.000 em 2018), representando R\$15.637 (R\$1.000 em 2018).

Em 8 de fevereiro de 2019, foi aprovado pela Neoenergia S.A., a partir de uma assembleia geral extraordinária, novo aumento de capital totalmente subscrito no valor de R\$15.636, mediante a emissão de 23.080.829 ações ordinárias, sendo apenas parte integralizada.

Acionista	Lote de mil Ações Ordinárias		
	Lote de mil ações	R\$	%
Neoenergia	23.082	15.637	100%
Total	23.082	15.637	100%

NEOENERGIA ITABAPOANA TRANSMISSÃO DE ENERGIA S.A.
(Anteriormente denominada EKTT04 Serviços de Transmissão de Energia Elétrica SPE S.A.)

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018

(Em milhares de reais, exceto lucro por ação)

Lucro por ação

O cálculo do lucro básico e diluído por ação para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 foi baseado no lucro líquido do exercício e o número médio ponderado de ações ordinárias durante os exercícios apresentados, conforme demonstrado a seguir:

	2019
Lucro líquido do exercício	3.780
Média ponderada das ações emitidas	15.637
Lucro básico e diluído por ação – R\$	0,2417

Reserva legal

A reserva legal é calculada com base em 5% de seu lucro líquido conforme previsto na legislação em vigor, limitada a 20% do capital social.

Reserva de lucros a realizar

A reserva de lucros a realizar é constituída como uma destinação dos lucros do exercício com o objetivo de não distribuir dividendos obrigatórios sobre a parcela de lucros ainda não realizada financeiramente pela Companhia.

10. RECEITA LIQUIDA

A composição da receita líquida por natureza, região geográfica e suas deduções, é conforme quadros a seguir:

	Região geográfica
	2019
	Sudeste
Receita de construção	22.467
Remuneração do ativo contratual	1.388
Total da receita operacional líquida	23.855

11. CUSTOS E DESPESAS OPERACIONAIS

	2019		
	Outros custos	Despesas gerais e administrativas	Total
Custo / Despesas			
Pessoal	(85)	(219)	(304)
Serviços de terceiros	-	(39)	(39)
Outras despesas	-	(3)	(3)
Total custos / despesas	(85)	(261)	(346)

12. RESULTADO FINANCEIRO

	2019
Receitas financeiras	
Renda de aplicações financeiras	148
(-) PIS e COFINS sobre receita financeira	(7)
Total	141
Despesas financeiras	
IOF	(1)
Outras despesas financeiras	(1)
Total	(2)
Resultado financeiro, líquido	139

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018
(Em milhares de reais, exceto lucro por ação)

13. REMUNERAÇÃO DA ADMINISTRAÇÃO

Em 31 de dezembro de 2019 e 2018 não houve remuneração dos administradores da Companhia.

14. GESTÃO DE RISCOS FINANCEIROS

a) Considerações gerais e políticas

A gestão dos riscos financeiros da Companhia segue o proposto na Política de Riscos Financeiros, na Política de Risco de Crédito do Grupo Neoenergia, aprovadas pelo Conselho de Administração, além dos demais normativos financeiros.

O monitoramento dos riscos é feito através de uma gestão de controles que tem como objetivo o acompanhamento contínuo das operações contratadas e do cumprimento dos limites de risco aprovados.

b) Gestão de capital

A Companhia administra seu capital com o objetivo de salvaguardar a continuidade de seus negócios no longo prazo, oferecendo retorno aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas e buscando manter uma estrutura ótima de capital que reduza seu custo de capital.

Sempre que necessário para adequar sua estrutura de capital, a Administração pode propor a revisão da política de pagamento de dividendos, a devolução de capital aos acionistas, a emissão de novas ações ou ainda a venda de ativos, dentre outras ações de adequação de estrutura de capital.

c) Gestão de risco de mercado

Risco de taxas de juros e índice de preços

Este risco é oriundo da possibilidade da Companhia incorrer em perdas devido a flutuações nas taxas de juros ou índices de preço, que impactem o rendimento das aplicações financeiras.

d) Gestão de risco de liquidez

O risco de liquidez é caracterizado pela possibilidade da Companhia não honrar com seus compromissos nos respectivos vencimentos. A Gestão financeira adotada pela Companhia busca constantemente a mitigação do risco de liquidez, tendo como principais pontos o alongamento de prazos dos empréstimos e financiamentos, desconcentração de vencimentos e diversificação de instrumentos financeiros. O permanente monitoramento do fluxo de caixa permite a identificação de eventuais necessidades de captação de recursos, com a antecedência necessária para a estruturação e escolha das melhores fontes.

Havendo sobras de caixa são realizadas aplicações financeiras para os recursos excedentes com base na política de crédito do Grupo Neoenergia, com o objetivo de preservar a liquidez da Companhia de forma que as aplicações são concentradas em fundos exclusivos para as empresas da Companhia e têm como diretriz alocar ao máximo os recursos em ativos com liquidez diária.

Em 31 de dezembro de 2019, a Companhia mantinha um total de aplicações no curto prazo de R\$ 1.934 em fundos exclusivos.

A tabela a seguir demonstra o valor total dos fluxos de obrigações monetizáveis, por faixa de vencimento, correspondente ao período remanescente contratual.

	Valor contábil	Fluxo de caixa contratual total	2020
Passivos financeiros não derivativos			
Fornecedores	2.532	2.532	2.532

e) Gestão de risco de crédito

O risco de crédito refere-se à possibilidade da Companhia incorrer em perdas devido ao não cumprimento de obrigações e compromissos pelas contrapartes.

Risco de crédito de contrapartes comerciais

A principal exposição a crédito é oriunda da possibilidade da Companhia incorrer em perdas resultantes do não-recebimento de valores faturados de suas contrapartes comerciais.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018

(Em milhares de reais, exceto lucro por ação)

Para reduzir este risco e auxiliar no gerenciamento do risco de inadimplência, a Companhia monitora o volume de contas a receber de clientes e realiza diversas ações de cobrança, realizadas em conformidade com a regulamentação regulatória.

Risco de crédito junto a instituições financeiras

Para operações envolvendo caixa e equivalentes de caixa e títulos e valores mobiliários, a Companhia segue as disposições de sua política de risco de crédito que tem como objetivo a mitigação do risco através da diversificação junto às instituições financeiras e a utilização de instituições financeiras com boa qualidade de crédito.

A seguir demonstramos a exposição total de crédito detida em ativos financeiros pela Companhia. Os montantes estão demonstrados em sua integralidade sem considerar nenhum saldo de provisão de redução para recuperabilidade do ativo.

	<u>2019</u>	<u>2018</u> (Saldo não auditado)
Mensurados pelo valor justo por meio do resultado		
Caixa e equivalentes de caixa	1.992	1

f) Análise de sensibilidade

A análise a seguir estima o valor potencial dos instrumentos em cenários hipotéticos de stress dos principais fatores de risco de mercado que impactam cada uma das posições, mantendo-se todas as outras variáveis constantes.

- Cenário Provável: Foram projetados os encargos e rendimentos para o período seguinte, considerando os saldos e as taxas de juros vigentes ao final do período.
- Cenário II: Esta projeção foi majorada em 25% em relação ao cenário provável.
- Cenário III: Esta projeção foi majorada em 50% em relação ao cenário provável.

A tabela a seguir demonstra a perda (ganho) devido a variação das taxas de juros que poderá ser reconhecida no resultado da Companhia no exercício seguinte, caso ocorra um dos cenários apresentados abaixo:

Operação	Indexador	Risco	Taxa no período	Saldo	Cenário Provável	Cenário (II)	Cenário (III)
Aplicações financeiras em CDI	CDI	Queda do CDI	4,4%	1.934	85	(21)	(43)

15. ESTIMATIVA DO VALOR JUSTO

Para a mensuração e determinação do valor justo, a Companhia utiliza vários métodos incluindo abordagens de mercado, de resultado e de custo amortizado, de forma a estimar o valor que os participantes do mercado utilizariam para precificar o ativo ou passivo. Devido ao ciclo de curto prazo, pressupõe-se que o valor justo dos saldos de caixa e equivalente de caixa, investimentos financeiros, contas a receber de clientes e contas a pagar a fornecedores estejam próximos aos seus valores contábeis.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018

(Em milhares de reais, exceto lucro por ação)

Os ativos e passivos financeiros registrados a valor justo deverão ser classificados e divulgados de acordo com os níveis a seguir:

Nível 1 - Preços cotados sem ajustes em mercados ativos para instrumentos da Companhia possa ter acesso na data de mensuração;

Nível 2 – Preços cotados com ou sem ajustes para ativos ou passivos similares com informações, direta ou indiretamente, em mercados ativos, exceto preços cotados incluídos no nível 1;

Nível 3 – Ativos ou passivos com preços não observáveis no mercado. O quadro a seguir apresenta os valores contábil e justo dos instrumentos financeiros da Companhia em 31 de dezembro de 2019 e 2018:

O quadro a seguir apresenta os valores contábil e justo dos instrumentos financeiros da Companhia em 31 de dezembro de 2019:

	Nível	2019	
		Contábil	Valor Justo
Ativos financeiros (Circulante / Não circulante)			
Mensurados pelo valor justo por meio do resultado			
Caixa e equivalentes de caixa	2	1.934	1.934
Passivos financeiros (Circulante / Não circulante)			
Mensurado pelo custo amortizado			
Fornecedores	2	2.532	2.532

Não houve transferências entre o Nível 1 e o Nível 2, ou entre o Nível 2 e o Nível 3 durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2019.

Métodos e técnicas de avaliação

A Companhia entende que valor justo de contas a receber e fornecedores, por possuir a maior parte dos seus vencimentos no curto prazo, já está refletido em seu valor contábil. Assim como para os títulos e valores mobiliários classificados como mantidos até o vencimento. Nesse caso a Companhia entende que o seu valor justo é similar ao valor contábil registrado, pois estes têm taxas de juros indexadas à curva DI (Depósitos Interfinanceiros) que reflete as variações das condições de mercado.

Os ativos financeiros classificados como mensurados a valor justo estão, em sua maioria, aplicados em fundos exclusivos, dessa forma o valor justo está refletido no valor da cota do fundo.

16. SEGUROS

A Companhia mantém coberturas de seguros, compatíveis com os riscos das atividades desenvolvidas, que são julgadas suficientes pela Administração para salvaguardar os ativos e negócios de eventuais sinistros. A especificação por modalidade de risco e data de vigência dos principais seguros, de acordo com os corretores de seguros contratados pela Companhia estão demonstradas a seguir:

Riscos	Data da vigência	Importância Segurada (R\$)	Prêmio (R\$)
Seguro garantia	22/03/2019 a 17/12/2024	37.678	357

Os seguros de Responsabilidade Civil Geral e Risco Operacional são de responsabilidade dos fornecedores e estão garantidos em cláusulas contratuais.

NEOENERGIA ITABAPOANA TRANSMISSÃO DE ENERGIA S.A.

(Anteriormente denominada EKT04 Serviços de Transmissão de Energia Elétrica SPE S.A.)

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018

(Em milhares de reais, exceto lucro por ação)

17. EVENTOS SUBSEQUENTES

a) Coronavírus (COVID-19)

Em 31 de janeiro de 2020, a Organização Mundial da Saúde (OMS) anunciou que o Coronavírus (COVID-19) é uma emergência de saúde global. O surto desencadeou decisões significativas de governos e entidades do setor privado, que, somadas ao impacto potencial do surto, aumentaram o grau de incerteza para os agentes econômicos e, podem gerar impactos relevantes nos valores reconhecidas nas demonstrações financeiras.

Considerando a situação atual da disseminação do surto, entendemos que a nossa projeção de receitas e dos fluxos de caixa operacionais para o ano de 2020 deverá ser revisada. Até o momento, não identificamos nenhum impacto material. Considerando a imprevisibilidade da evolução do surto e dos seus impactos, não é atualmente possível fazer uma estimativa do efeito financeiro do surto nas receitas e fluxos de caixa operacionais estimados.

A Administração segue avaliando, de forma constante, os potenciais impactos do surto nas operações e na posição patrimonial e financeira da Companhia, com o objetivo de implementar medidas apropriadas para mitigar os eventuais impactos do surto nas operações e nas demonstrações financeiras.

a) Integralização de capital

Em 13 de janeiro de 2020 o acionista integralizou capital social na Companhia no montante de R\$25.454.

b) Escritura da 1ª emissão de debêntures

A Companhia assinou em 19 de fevereiro de 2020 a escritura da 1ª emissão de debêntures no valor de R\$300.000, cuja liberação dos recursos para a Companhia ocorreu no dia 13 de março de 2020.

MEMBROS DA ADMINISTRAÇÃO

DIRETORIA EXECUTIVA

André Augusto Telles Moreira
Diretor

Juliano Pansanato de Souza
Diretor

SUPERINTENDENTE DE CONTABILIDADE

Luciana Maximino Maia
CRC-RJ-091476/0-0

DECLARAÇÃO DOS DIRETORES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

O Diretor Presidente e os demais Diretores da **NEOENERGIA ITABAPOANA TRANSMISSAO DE ENERGIA S.A.**, sociedade por ações, de capital fechado, com sede na Rua Ary Antenor de Souza, nº 321, Sala J, CEP 13053-025, na cidade de Campinas, Estado de São Paulo, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 28.439.049/0001-64, declaram que:

(I) reviram, discutiram e concordam com as opiniões expressas no relatório da KPMG relativamente às demonstrações financeiras da Companhia, alusivas ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2019; e

(II) reviram, discutiram e concordam com as demonstrações financeiras da Companhia, relativas ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2019.

Rio de Janeiro, 02 de abril de 2020.

André Augusto Telles Moreira
Diretor

Juliano Pansanato de Souza
Diretor